

Brasília, 20 de outubro de 2026.

A MOBILIZAÇÃO POPULAR FORTALECE A DEMOCRACIA E ABRE CAMINHOS PARA NOVAS CONQUISTAS!

A FASUBRA-Sindical avalia muito positivamente as mobilizações que vêm ocupando as ruas e ampliando sua presença nas redes sociais em defesa da democracia, da manutenção e ampliação das políticas públicas, dos direitos dos trabalhadores e da valorização dos serviços públicos. Essas manifestações demonstram que a sociedade brasileira segue disposta a defender direitos, enfrentar retrocessos e lutar por um país mais justo, democrático e comprometido com os interesses da maioria da população.

A força demonstrada nas ruas e nas redes revela a importância da participação popular na disputa dos rumos do país. Em um cenário de intensas disputas políticas e ideológicas, é fundamental fortalecer a unidade dos setores comprometidos com a democracia, a inclusão social, a valorização do trabalho e a defesa dos direitos conquistados com muita luta.

Para os trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação, essa mobilização tem importância estratégica. A defesa da educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade está diretamente relacionada à valorização da nossa categoria, à recomposição salarial, ao fortalecimento do PCCTAE, ao cumprimento integral dos acordos firmados com o governo e à garantia de condições dignas de trabalho. Não há educação pública de qualidade sem trabalhadores valorizados, direitos respeitados e instituições fortalecidas.

Por isso, não podemos diminuir o ritmo da mobilização! É hora de ampliar o diálogo com a sociedade, intensificar nossa presença nas ruas e nas redes, fortalecer a organização sindical e transformar a disposição de luta em participação política consciente. Cada conversa, cada publicação, cada atividade de mobilização e cada voto têm importância na disputa pelo projeto de país que queremos construir.

O dia 25 de outubro representa um momento decisivo para reafirmarmos nosso compromisso com a democracia, as políticas públicas, os direitos sociais e os interesses da classe trabalhadora. Precisamos eleger um governo comprometido com essas pautas, que dialogue com os movimentos sociais e sindicais, respeite a organização dos trabalhadores e esteja disposto a avançar nas reivindicações históricas dos técnico-administrativos em educação.

A experiência recente demonstra que as conquistas não são concessões: são resultado da organização, da pressão e da luta coletiva. Por isso, a categoria precisa permanecer mobilizada, consciente de que a defesa dos seus direitos também passa pela escolha dos

projetos políticos que conduzirão o país.

A FASUBRA-Sindical convoca suas entidades de base, seus dirigentes e toda a categoria a manterem a mobilização, ampliarem o diálogo e participarem ativamente dessa disputa. Nosso compromisso é com a democracia, a educação pública, a valorização dos trabalhadores e a construção de um Brasil com mais direitos, justiça social e oportunidades para todos. Por tudo isto, dia 25 de outubro votamos Lula 13!

Nas ruas, nas redes e nas urnas, nossa luta continua!

Democracia, direitos e valorização dos técnico-administrativos em educação: nenhum passo atrás, muitas conquistas pela frente!

DEBATE NA BAND: ARROGÂNCIA, CONTRADIÇÕES E PERGUNTAS QUE FLÁVIO BOLSONARO NÃO PODE IGNORAR.

O debate da TV Bandeirantes, realizado em 18 de outubro, deixou evidente um traço preocupante da postura de Flávio Bolsonaro: a arrogância, a provocação e a tentativa de transformar o confronto de ideias em um espetáculo de ataques pessoais. Em vez de apresentar respostas consistentes e explicar questões relevantes de sua trajetória política, o candidato privilegiou a agressividade e as acusações contra o adversário. A cobertura do debate também registrou que diversos questionamentos ficaram sem resposta satisfatória.

Mas quem pretende governar o Brasil precisa responder ao povo! Não basta demonstrar habilidade para provocar o adversário e criar cortinas de fumaça para esconder a ignorância ou a má fé, ocultando suas verdadeiras intenções e projetos que trazem prejuízos ao povo brasileiro. É necessário ter compromisso com a verdade, transparência, respeito à democracia e responsabilidade com os interesses da população.

Entre as questões que continuam exigindo respostas, estão:

Por que o candidato votou contra a ampliação da Licença-maternidade para as mulheres trabalhadoras?

Qual foi o objetivo da proposta legislativa associada à retirada da marcação de munições e quais seriam suas consequências para o rastreamento de armas e o combate ao crime?

Como explicar a aquisição de um imóvel de alto valor, qual a origem dos recursos diante da incompatibilidade com sua renda declarada?

O assunto exige provas documentais, não apenas declarações políticas.

Que tipo de relações e circunstâncias levaram-no a homenagear um miliciano e a contratar pessoas apontadas como ligadas a milícias e familiares? A sociedade merece explicações transparentes sobre esses fatos.

Quanto ao caso de Daniel Vorcaro, e o desvio de milhões da previdência por meio do Banco Master,

qual o tipo de relação entre o Vorcaro e Flávio e por que articulou o montante de R\$ 134 milhões para supostamente financiar um filme sobre Jair Bolsonaro?

A destinação, beneficiários e a forma de transferência e garantias de transparência na destinação da verba, reconhecida pelo próprio senador, como negociada em forma de apoio financeiro para patrocínio privado. A dimensão do valor torna indispensável a prestação de contas transparente ao público.

Em relação ao fim da escala 6x1, por que a proposta foi tratada anteriormente pelo candidato como inoportuna e eleitoreira, que só passou a declarar apoio à mudança no dia da votação, de forma aparentemente oportunista, diante de sua recente defesa do trabalho por hora, reforçando a posição já conhecida do trabalho intermitente, incompatível com um projeto de proteção ao direito trabalhista e reforçando o poder patronal?

E, principalmente, qual é sua proposta concreta?

A mudança de discurso exige explicações e compromissos verificáveis.

Especialmente, diante de declarações do candidato de que pretende adotar o modelo econômico argentino no Brasil. Essas medidas inspiradas no governo Javier Milei, que já demonstra consequências arrasadoras no poder de compra da população, desvalorização dos salários, recessão devido à dolarização da economia e desvalorização da moeda argentina, perda da qualidade de vida dos aposentados com aumento da mortalidade nessa parcela da população. O que leva o candidato a crer que o resultado no Brasil seria positivo?

E existe uma questão especialmente importante para os servidores públicos: qual é o verdadeiro projeto de Flávio Bolsonaro para o Estado brasileiro?

As declarações de sua assessora econômica, Daniella Marques, e as propostas de enxugamento do Estado levantam preocupações que precisam ser enfrentadas. Se há planos de substituir servidores por inteligência artificial, quais carreiras seriam atingidas? Haverá demissões? Quais serviços públicos seriam afetados? Como ficariam a educação, a saúde, a previdência e o atendimento à população?

A categoria técnico-administrativa em educação não pode ignorar essas perguntas. Somos trabalhadores que sustentam diariamente o funcionamento das universidades e dos institutos federais. Defender o serviço público significa defender o direito da população à educação, à ciência, à tecnologia e a políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades.

Não aceitaremos que a modernização tecnológica seja utilizada como justificativa para desvalorizar trabalhadores, extinguir postos de trabalho ou enfraquecer instituições públicas. A inteligência artificial deve servir à sociedade e melhorar os serviços, não se transformar em instrumento para precarizar o trabalho e retirar direitos.

O debate também revelou a importância de distinguir promessas eleitorais de compromissos efetivos. O apoio anunciado ao fim da escala 6x1, por exemplo, precisa ser confrontado com as posições anteriores e com as propostas concretas de cada candidatura. Trabalhadores não precisam de discursos oportunistas: precisam de direitos garantidos.

E, agora, queremos saber se Flávio Bolsonaro atenderá ao desafio de abrir seus sigilos bancários, telefônicos e fiscais.

A democracia exige mais do que retórica. Exige coerência, ética, transparência e compromisso com a maioria da população.

No próximo dia 25 de outubro, estará em disputa não apenas a Presidência da República, mas também o futuro das políticas públicas, dos direitos sociais, da valorização do trabalho e do serviço público brasileiro.

Para os técnico-administrativos em educação, a escolha precisa considerar quem está efetivamente comprometido com a defesa da educação pública, o fortalecimento das instituições federais, a valorização da categoria, o cumprimento dos acordos firmados e a ampliação de direitos.

A arrogância não responde às perguntas. As provocações não substituem propostas. E as mudanças de discurso não apagam posições anteriores.

O Brasil precisa de respostas, não de encenações. Precisa de compromisso com os trabalhadores, não de projetos que coloquem os direitos sociais e os serviços públicos em risco. No dia 25 de outubro, vamos defender a democracia, a educação pública, os direitos da classe trabalhadora e um projeto de governo comprometido com as reivindicações históricas dos técnico-administrativos em educação.

Nosso voto tem consequências. Nossa mobilização faz a diferença. E nossos direitos não estão à venda!

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
20 e 21	Reunião presencial – GT MEC – Reposicionamento dos aposentados e novas adesões ao PCCTAE
NOVEMBRO	
9	Reunião com a Diretoria Executiva do HU Brasil
16 a 20	XIII Fórum Nacional da CIS – Rio de Janeiro
30 a 04 /12	XXXII Seminário Nacional de Segurança das IPE e EBTT